



TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho
metropolitano brasileiro

Ano IV; Vol. 4; nº 8, Agosto, 2012

(Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro: parte II)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Assistência estudantil e ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES)
3. Rendimento habitual médio do trabalho principal em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras
4. Taxa de desemprego aberto em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras
- Anexo. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

1. Apresentação

Com o presente número, chegou-se a 34^a edição do boletim eletrônico "Tempo em Curso". Os indicadores desta publicação se baseiam nos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br) e tabulados pelo **LAESEN** no banco de dados "Tempo em Curso".

O tema especial do boletim deste mês é a segunda e última parte de um estudo iniciado na edição de julho, sobre as ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Na publicação de agosto, trata-se da assistência estudantil prestada a discentes cotistas e não cotistas.

Habitualmente, o "Tempo em Curso" se dedica à análise da evolução do rendimento médio habitual do trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela PME. Da mais ao Norte para a mais ao Sul, estas são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Contudo, na presente edição, não foi possível dar prosseguimento às usuais séries de rendimento médio e de taxa de desemprego para o conjunto das seis maiores RMs. A análise dessas evoluções foi inviabilizada por conta da paralisação dos servidores do IBGE. Segundo nota oficial do Instituto, divulgada dia 26 de julho de 2012 (www.ibge.gov.br):

"Os dados da Pesquisa a serem divulgados referem-se ao mês de junho de 2012 e, excepcionalmente, não estão disponibilizados os dados da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro. A coleta dos dados desta região foi preservada, mas não foi possível proceder às etapas de apuração, crítica e análise para a divulgação completa na data prevista no calendário de divulgação, devido à paralisação dos servidores do IBGE. Assim sendo, nesta divulgação, estão disponibilizados apenas os dados completos das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre".

A principal dificuldade advinda da ausência dos dados de uma das RMs é a impossibilidade estatística de se construir uma média que seja representativa para o conjunto das seis maiores regiões. Vale lembrar que, desde a edição de março de 2012, o "Tempo em Curso" possui um anexo estatístico, no qual constam 23 tabelas, todas baseadas na PME do IBGE. Destas tabelas, 19 apresentam indicadores que são construídos justamente para o conjunto das seis RMs.

Dessa forma, em respeito aos leitores, e visando não romper com a periodicidade de sua publicação, o **LAESEN** decidiu dar prosseguimento a análise aqui desenvolvida utilizando os dados das cinco RMs disponibilizadas pelo IBGE (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre), respeitando as limitações que a falta das informações acerca da RM do Rio de Janeiro provocam.

O anexo estatístico desta edição, portanto, conta com quatro tabelas, que representam os dois indicadores usualmente apresentados no "Tempo em Curso" – rendimento médio habitual e taxa de desemprego, porém desagregados pelas cinco RMs disponibilizadas. Também são tecidos comentários no texto acerca destes dois indicadores.

Ressalta-se que, tão logo o IBGE retome a integralidade da divulgação dos dados da PME, a sinopse estatística do boletim "Tempo em Curso" e a própria estrutura de análise de indicadores também voltará a seu formato habitual.

2. Assistência estudantil e ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES) (tabelas 1 e 2)

2.a. Assistência estudantil para alunos ingressantes

No ano de 2010, de acordo com os microdados do

Tabela 1. Ingressantes em cursos de graduação presencial de Instituições de Educação Superior (IES) públicas através de processo seletivo, por meio de reserva de vaga ou não e de acordo com características selecionadas, Brasil, 2010

	Cotistas						Não Cotistas					
	Em número absoluto			Em %			Em número absoluto			Em %		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	
Recebe algum tipo de apoio social	8.134	36.264	44.398	18,3%	81,7%	34.221	329.943	364.164	9,4%	90,6%		
O tipo de apoio social é de alimentação	4.518	39.880	44.398	10,2%	89,8%	25.244	338.920	364.164	6,9%	93,1%		
O tipo de apoio social é de bolsa permanência	2.701	41.697	44.398	6,1%	93,9%	3.472	360.692	364.164	1,0%	99,0%		
O tipo de apoio social é de bolsa trabalho	717	43.681	44.398	1,6%	98,4%	2.695	361.469	364.164	0,7%	99,3%		
O tipo de apoio social é de material didático	31	44.367	44.398	0,1%	99,9%	1.008	363.156	364.164	0,3%	99,7%		
O tipo de apoio social é de moradia	1.524	42.874	44.398	3,4%	96,6%	3.680	360.484	364.164	1,0%	99,0%		
O tipo de apoio social é de transporte	406	43.992	44.398	0,9%	99,1%	15.993	348.171	364.164	4,4%	95,6%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de estágio não obrigatório	266	44.132	44.398	0,6%	99,4%	1.631	362.533	364.164	0,4%	99,6%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de extensão	241	44.157	44.398	0,5%	99,5%	1.974	362.190	364.164	0,5%	99,5%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de monitoria	90	44.308	44.398	0,2%	99,8%	1.307	362.857	364.164	0,4%	99,6%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de pesquisa	483	43.915	44.398	1,1%	98,9%	2.269	361.895	364.164	0,6%	99,4%		

Fonte: INEP, microdados do Censo da Educação Superior 2010

Tabulações: LAESER

Nota: Foram computados apenas os ingressantes que entraram em 2010 em cursos de graduação presencial mediante processo seletivo

Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do total de 408.562 novos discentes naquele ano para o Brasil, 44.398 (10,9%) eram cotistas, isto é, haviam entrado nas IES por meio de algum sistema de reserva de vagas¹. Do total de cotistas, somente 8.134 (18,3%) recebiam algum tipo de assistência estudantil. Dentre os não cotistas, o percentual relativo dos ingressantes que recebiam apoio social era ainda menor: 9,4% (34.221).

A modalidade de apoio social com maior número de registros para aquele ano foi a alimentação: 10,2% (4.518) dos ingressantes por meio de reserva de vagas possuíam assistência nesse sentido. No grupo dos não cotistas, este percentual era de 6,9% (25.244 ingressantes). A bolsa permanência aparecia em 2010 como o segundo tipo de apoio social mais frequente entre os cotistas, sendo acessada por 6,1% deles (2.701 ingressantes). Já dentre os não cotistas, tal benefício era disfrutado por apenas 1,0% dos alunos (3.472 pessoas).

Em 2010, a moradia aparecia como o terceiro apoio social mais frequentemente acessado pelos ingressantes por meio de reserva de vagas: 3,4% (1.524 ingressantes) destes o utilizavam. Já no grupo de ingressantes não cotistas, somente 1,0% (3.680 ingressantes) contavam com auxílio para moradia.

É interessante destacar que, para a modalidade de auxílio transporte, em 2010, havia uma maior proporção de novos discentes não cotistas que a acessavam em comparação com o percentual de cotistas: 4,4% (15.993 ingressantes) dos não cotistas recebiam apoio social para transporte, enquanto apenas 0,9% (406 ingressantes) dos discentes por reserva de vagas possuíam equivalente benefício.

A bolsa trabalho era recebida por apenas 1,6% (717 ingressantes) dos cotistas e 0,7% (2.595 ingressantes) dos não cotistas, bem como remunerações por atividades de pesquisa alcançavam apenas 1,1% (483 ingressantes) dos novos discentes cotistas e 0,6% (2.269 ingressantes) dos não cotistas.

¹ Conforme apresentado no Tempo em Curso do mês de julho, o critério para reserva de vaga pode ser para alunos provenientes de escolas públicas, étnico, por renda familiar, deficiência física ou ainda outros.

Tabela 2. Alunos de cursos de graduação presencial de Instituições de Educação Superior (IES) públicas matriculados, ingressos por meio de reserva de vaga ou não e de acordo com características selecionadas, Brasil, 2010

	Cotistas						Não Cotistas					
	Em número absoluto			Em %			Em número absoluto			Em %		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	
Recebe algum tipo de apoio social	23.824	82.031	105.855	22,5%	77,5%	151.868	1.203.973	1.355.841	11,2%	88,8%		
O tipo de apoio social é de alimentação	10.808	95.047	105.855	10,2%	89,8%	115.029	1.240.812	1.355.841	8,5%	91,5%		
O tipo de apoio social é de bolsa permanência	10.568	95.287	105.855	10,0%	90,0%	12.741	1.343.100	1.355.841	0,9%	99,1%		
O tipo de apoio social é de bolsa trabalho	2.760	103.095	105.855	2,6%	97,4%	18.812	1.337.029	1.355.841	1,4%	98,6%		
O tipo de apoio social é de material didático	98	105.757	105.855	0,1%	99,9%	3.972	1.351.869	1.355.841	0,3%	99,7%		
O tipo de apoio social é de moradia	3.515	102.340	105.855	3,3%	96,7%	17.942	1.337.899	1.355.841	1,3%	98,7%		
O tipo de apoio social é de transporte	668	105.187	105.855	0,6%	99,4%	57.741	1.298.100	1.355.841	4,3%	95,7%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de estágio não obrigatório	2.842	103.013	105.855	2,7%	97,3%	23.517	1.332.324	1.355.841	1,7%	98,3%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de extensão	1.136	104.719	105.855	1,1%	98,9%	16.756	1.339.085	1.355.841	1,2%	98,8%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de monitoria	882	104.973	105.855	0,8%	99,2%	18.887	1.336.954	1.355.841	1,4%	98,6%		
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de pesquisa	2.569	103.286	105.855	2,4%	97,6%	31.365	1.324.476	1.355.841	2,3%	97,7%		

Fonte: INEP, microdados do Censo da Educação Superior 2010

Tabulações: LAESER

Nota: Foram computados apenas os ingressantes que entraram em 2010 em cursos de graduação presencial mediante processo seletivo

Para as demais modalidades de apoio social passíveis de serem prestadas a discentes, a proporção de alunos ingressantes, tanto cotistas quanto não cotistas se manteve sempre abaixo de 1,0%. A maior parte delas se relacionavam a bolsa ou remuneração por algum tipo de atividade exercida no âmbito acadêmico.

Dentre os cotistas, a proporção daqueles que recebiam bolsa por atividade de estágio não obrigatório era de 0,6% (266 ingressantes). Dos que possuíam benefício por atividade de extensão, 0,5% (241 ingressantes), e daqueles que recebiam bolsa por monitorias, 0,2% (90 ingressantes).

Para os não cotistas ingressantes, os números relativos de tais modalidades de apoio seguiriam igualmente baixos: 0,4% (1.631 ingressantes) para a remuneração por estágio não obrigatório; 0,5% (1.974 ingressantes) por bolsa de extensão e 0,4% (1.307 ingressantes) para bolsas de monitoria.

O apoio para material didático foi a modalidade de apoio menos frequente para alunos ingressantes em 2010: apenas 0,1% dos cotistas (31 ingressantes) e

0,3% dos não cotistas (1.008 novos ingressantes) o recebiam.

2.b. Assistência estudantil para o total de alunos matriculados

Em 2010, o Brasil possuía um total de 1.461.691 alunos matriculados em uma IES. Destes, apenas 7,2% (105.855) haviam entrado no ensino superior por meio de algum tipo de reserva de vaga, e somente 12,0% do total de alunos (175.692) eram beneficiários de apoio social, fossem estes cotistas ou não.

Ao se analisar a assistência estudantil para o total de alunos das IES do Brasil, notou-se que as proporções de alunos que recebiam os diversos tipos de apoio social tendiam a aumentar em relação aos valores dos alunos ingressantes.

Do total de estudantes que ingressaram por meio de reserva de vagas, 22,5% (23.824) acessavam algum tipo de benefício social. Para os não cotistas, este valor relativo caía pela metade, alcançando 11,2% dos estudantes, ainda que em valores absolutos os mesmos

representassem mais de seis vezes o número total de cotistas beneficiados (151.868).

Contudo, a ordem de frequência com que cada modalidade de assistência estudantil aparecia praticamente não se alterou. Ou seja, o apoio social para alimentação, por exemplo, continua sendo o mais frequentemente prestado aos estudantes cotistas, ocorrendo em 10,2% dos casos (10.808), enquanto o apoio por meio de material didático continua sendo inexpressivo: somente 0,1% (98) dos cotistas o recebem.

Em 2010, a bolsa permanência era concedida a 10,0% dos discentes cotistas (10.568), o auxílio à moradia a 3,3% deles (3.515) e a bolsa por estágio não obrigatório a 2,7% dos cotistas (2.842). A bolsa trabalho era concedida a apenas 2,6% dos cotistas (2.760) e remunerações por atividade de pesquisa, a 2,4% (2.569). Já o apoio através de bolsa de extensão ou por monitoria eram levadas a, respectivamente, 1,1% (1.136) e 0,8% (882) dos cotistas.

Para os não cotistas, 8,5% (115.029) dos alunos recebiam auxílio para a alimentação, enquanto somente 0,9% (12.741) o possuíam sob a forma de bolsa permanência. Este último dado diverge consideravelmente do apresentado para os alunos cotistas (de 10,0%) e se mostra diferente até mesmo da informação sobre os alunos ingressantes. Vale lembrar que para os novos estudantes não cotistas, o recebimento de bolsa permanência era de 6,9% em 2010.

Assim como no caso dos alunos ingressantes, observou-se que, para a totalidade dos alunos, novamente aos não cotistas era prestada maior assistência no que se refere ao transporte: 4,3% (57.741) dos alunos eram beneficiados. Já 2,3% (31.365) dos não cotistas recebem bolsa por atividade de pesquisa; 1,7% (23.517) por estágio não obrigatório; 1,4% (18.887) por monitoria e 1,2% (16.756) por atividade de extensão. A bolsa trabalho era concedida a 1,4% (18.812) dos discentes não cotistas; enquanto o apoio à moradia a 1,3% (17.942) e material didático a apenas 0,3% (3.972).

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras (tabelas I e II)

Em junho de 2012, o rendimento real médio habitual do trabalho principal da PEA ocupada de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.847,43, na RM de São Paulo; R\$ 1.749,

67, em Belo Horizonte; R\$ 1.660,95, em Porto Alegre; R\$ 1.419,64, em Salvador; e R\$ 1.288,14, no Recife.

Em relação a junho de 2011, o rendimento se elevou nas cinco RMs pesquisadas. A expansão real ocorreu, em ordem crescente, em Recife (13,4%), Belo Horizonte (7,2%), São Paulo (4,6%), Salvador (2,6%) e Porto Alegre (2,4%).

A RM em que a PEA branca de ambos os sexos auferia mais elevados rendimentos em junho de 2012 era Salvador (R\$ 2.651,02), seguida de Belo Horizonte (R\$ 2.447,48), São Paulo (R\$ 2.156,50), Recife (R\$ 1.840,09) e Porto Alegre (R\$ 1.733,82).

O mais expressivo aumento de rendimento da PEA branca em relação a junho de 2011 ocorreu na RM de Recife: 17,6%. Em igual período, o rendimento também cresceu nas RMs de Belo Horizonte (5,0%), São Paulo (3,0%) e Porto Alegre (1,9%). Apenas em Salvador os trabalhadores brancos de ambos os sexos experimentaram queda de rendimento, da ordem de 2,8%.

Na RM de Belo Horizonte, o rendimento da PEA preta & parda de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.292,82, em junho de 2012. Este foi o mais elevado rendimento verificado dentre as cinco RMs pesquisadas naquele mesmo mês para este grupo de cor ou raça. Do mais alto rendimento para o mais baixo da PEA preta & parda, apareciam naquela data Salvador (R\$ 1.210,64), São Paulo (R\$ 1.197,21), Porto Alegre (R\$ 1.152,07) e Recife (R\$ 1.024,42).

Em comparação a junho de 2011, houve variação real positiva de rendimento para a PEA preta & parda em todas as regiões pesquisadas. Em ordem decrescente, as elevações foram verificadas em Belo Horizonte (14,0%), Recife (12,0%), Salvador (5,9%), São Paulo (5,0%) e Porto Alegre (3,7%).

O rendimento real habitual dos homens brancos se elevou expressivamente na RM de Recife quando comparado a junho de 2011: 26,2%. No mesmo intervalo, também ocorreu variação positiva, ainda que de magnitude bem menor, nas RMs de Porto Alegre (2,9%), São Paulo (2,1%) e Belo Horizonte (1,1%). Em Salvador, a PEA masculina branca experimentou queda de rendimento de 9,2%.

Na comparação anual, as trabalhadoras brancas obtiveram variação positiva no rendimento em todas

as cinco RMs. Ela foi de 12,6% em Belo Horizonte, 7,4% em Salvador, 4,7% em Recife, 4,3% em São Paulo e 0,9% em Porto Alegre.

A PEA preta & parda masculina auferiu aumento de rendimento em todas as RMs, com exceção de Porto Alegre. Naquela região houve queda de 1,6% na comparação com junho de 2011. Observou-se variações anuais positivas para homens desse grupo de cor ou raça em Belo Horizonte (15,6%), Recife (11,7%), Salvador (6,9%) e São Paulo (3,2%).

O rendimento das trabalhadoras pretas & pardas se elevou nas cinco RMs pesquisadas, assim como no caso das trabalhadoras brancas. As elevações foram de 14,0% em Belo Horizonte, 12,0% em Recife, 5,9% em Salvador, 5,0% em São Paulo e 3,7% em Porto Alegre.

Em junho de 2012, a desigualdade de rendimento entre a PEA branca e a preta & parda de ambos os sexos alcançou 119,0% na RM de Salvador. Da mais desigual para a menos, as assimetrias seguiram elevadas na RM de Belo Horizonte (89,3%), São Paulo (80,1%), Recife (79,6%) e Porto Alegre (50,5%).

À exceção de Recife, onde as assimetrias de cor ou raça se elevaram em 8,5 pontos percentuais, houve queda nas desigualdades de todas as demais RMs quando comparadas a junho de 2011. A redução foi de 19,6 pontos percentuais em Salvador; 16,3 pontos percentuais em Belo Horizonte; 3,5 pontos percentuais em São Paulo, e 2,7 pontos percentuais em Porto Alegre.

Entre os homens, a desigualdade mais elevada em junho de 2012 também foi verificada em Salvador: 115,9% favorável aos homens brancos, apesar da queda nas assimetrias dessa RM de 38,1 pontos percentuais em relação a junho de 2011.

Para os homens residentes em Belo Horizonte, a desigualdade nos rendimentos diminuiu 27,9 pontos percentuais em relação a junho de 2011, alcançando 95,3% em junho de 2012, favoravelmente aos homens brancos. A assimetria também se reduziu para os trabalhadores do sexo masculino de São Paulo, em 2,0 pontos percentuais, chegando a 84,5% em junho de 2012.

Houve elevação das desigualdades de cor ou raça para os homens de Recife da ordem de 22,9 pontos percentuais, de maneira que a assimetria alcançou

99,4% em junho de 2012. Elas também se expandiram em Porto Alegre, onde cresceram 6,7 pontos percentuais entre junho de 2011 e junho de 2012, atingindo 53,1%.

Em junho de 2012, as mulheres brancas auferiram rendimentos superiores às pretas & pardas em todas as RMs, de maneira que, da maior para a menor desigualdade, apareciam Salvador (124,5%), Belo Horizonte (84,1%), São Paulo (76,1%), Recife (57,4%) e Porto Alegre (44,3%).

Houve queda nas assimetrias, em relação a junho de 2011, entre as trabalhadoras dos dois grupos de cor ou raça para as RMs de Porto Alegre (19,8 pontos percentuais), Recife (13,0 pontos percentuais) e São Paulo (6,8 pontos percentuais). Por outro lado, as desigualdades se elevaram nas RMs de Salvador (5,2 pontos percentuais) e de Belo Horizonte (1,5 pontos percentuais).

4. Taxa de desemprego aberto em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras (tabelas III e IV)

Em junho de 2012, a taxa de desemprego da PEA de ambos os性os foi igual a 7,9%, na RM de Salvador. Em ordem decrescente, as taxas de desemprego mais elevadas apareciam em São Paulo (6,5%), Recife (6,3%), Belo Horizonte (4,5%) e Porto Alegre (4,0%).

Em relação a junho de 2011, o indicador declinou 2,3 pontos percentuais em Salvador; 0,8 ponto percentual em Porto Alegre, e 0,1 ponto percentual para as RMs de São Paulo e de Belo Horizonte. Em igual período, houve elevação de 0,2 ponto percentual da taxa de desemprego no Recife.

Também em junho de 2012, a taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos foi de 5,6% em São Paulo; 5,4% em Recife; 4,4% em Belo Horizonte; 3,8% em Salvador, e 3,6% em Porto Alegre.

Em relação a junho de 2011, observou-se queda de 4,0 pontos percentuais em Salvador; 1,0 ponto percentual em Porto Alegre; 0,2 ponto percentual em São Paulo, e 0,1 ponto percentual em Recife. Verificou-se ligeiro aumento de 0,1 ponto percentual no indicador da RM de Belo Horizonte.

Para o grupo dos pretos & pardos de ambos os sexos,

a taxa de desemprego foi igual a 8,6% em Salvador; 8,2% em São Paulo; 6,8% em Recife e Porto Alegre, e 4,5% em Belo Horizonte. Tais valores representam quedas da magnitude de 2,3 pontos percentuais em Salvador, e 0,3 pontos percentuais em Belo Horizonte. Contudo, em Porto Alegre, Recife e São Paulo, o indicador sofreu elevações de, respectivamente, 0,7; 0,4 e 0,2 ponto percentual.

Em junho de 2012, verificou-se o tradicional movimento da taxa de desemprego das mulheres ser maior que a dos homens, com destaque para o indicador das mulheres pretas & pardas, sempre mais elevado que o de todos os demais grupos de cor ou raça e sexo.

Entre junho de 2011 e junho de 2012, a taxa de desemprego dos homens brancos caiu nas RMs de Salvador (3,1 pontos percentuais), São Paulo (0,4 pontos percentuais) e Porto Alegre (0,4 pontos percentuais). Em um movimento contrário, o mesmo indicador se elevou em 0,3 pontos percentuais em Recife e Belo Horizonte.

Já as mulheres brancas experimentaram redução na sua taxa de desemprego em todas as RMs. A queda foi igual a 5,0 pontos percentuais em Salvador; 1,6 pontos percentuais em Porto Alegre; 0,4 ponto percentual em Recife e 0,1 ponto percentual em Belo Horizonte e em São Paulo.

A taxa de desemprego da PEA preta & parda masculina declinou em Salvador (1,9 pontos percentuais) e em Belo Horizonte (0,1 ponto percentual). Houve aumento do indicador nas RMs de São Paulo (0,7 ponto percentual), Porto Alegre (0,2 ponto percentual) e Recife (0,1 ponto percentual).

As mulheres pretas & pardas obtiveram declínio da taxa de desemprego em Salvador (2,4 pontos percentuais), Belo Horizonte (0,5 ponto percentual) e São Paulo (0,5 ponto percentual). Já nas RMs de Porto Alegre e Recife, verificou-se elevação no indicador das mulheres de tal grupo de cor ou raça de, respectivamente, 1,0 e 0,7 ponto percentual.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão e Elisa Monçores

Pesquisadora assistente

Elisa Monçores

Colaboradora

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsistas de iniciação científica

Guilherme Câmara

Hugo Saramago

Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Erlan Carvalho

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Prof. Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Prof. Cleber Lázaro Julião Costa

Elaine Carvalho

Elisa Alonso Monçores

Sandra Machado

Colaboradores

Prof. a Azoilda Loretto

Irene Rossetto Giaccherino

Prof. José Jairo Vieira

Bolsistas de iniciação científica

Bianca Carrasco — (Fundação Ford)

Danielle Oliveira — (Fundação Ford)

Guilherme Câmara — (Fundação Ford)

Hugo Saramago — (PIBIC – CNPq)

Iuri Viana (PIBIC – CNPq)

Pesquisa “Acesso dos empreendedores afro-brasileiros ao sistema de crédito”

Ricardo Mello – Coordenação executiva

Anderson Oriente – Coordenação da pesquisa de campo, Rio de Janeiro / RJ

Rafael Rodrigues – Coordenação da pesquisa de campo, Salvador / BA

Assistente de coordenação

Prof.a Elizete Menegat

Secretaria

Luisa Maciel

Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 11 (em R\$, jun / 12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	1.803,09	3.310,04	2.934,78	2.394,38	1.916,74
Mulheres Brancas	1.305,56	2.094,89	1.670,26	1.739,26	1.443,84
Brancos	1.564,50	2.726,41	2.330,41	2.093,74	1.701,08
Homens Pretos & Pardos	1.021,74	1.303,07	1.314,91	1.283,98	1.308,96
Mulheres Pretas & Pardas	766,11	955,44	914,71	950,96	879,72
Pretos & Pardos	914,49	1.142,67	1.133,64	1.140,17	1.110,45
PEA Total	1.135,80	1.383,40	1.632,00	1.766,00	1.622,20

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 12 (em R\$, jun / 12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	2.275,81	3.006,87	2.968,28	2.444,47	1.971,48
Mulheres Brancas	1.366,65	2.249,32	1.880,20	1.814,75	1.456,79
Brancos	1.840,09	2.651,02	2.447,48	2.156,50	1.733,82
Homens Pretos & Pardos	1.141,48	1.392,78	1.519,99	1.324,79	1.287,75
Mulheres Pretas & Pardas	868,12	1.001,94	1.021,10	1.030,26	1.009,70
Pretos & Pardos	1.024,42	1.210,64	1.292,82	1.197,21	1.152,07
PEA Total	1.288,14	1.419,64	1.749,67	1.847,93	1.660,95

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela III. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 11 (em % da PEA total)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	4,3	6,5	3,7	5,0	3,5
Mulheres Brancas	6,7	9,2	4,8	6,8	5,8
Brancos	5,5	7,8	4,3	5,8	4,6
Homens Pretos & Pardos	5,5	7,9	3,5	6,4	4,5
Mulheres Pretas & Pardas	7,7	13,7	6,3	10,1	7,9
Pretos & Pardos	6,4	10,7	4,8	8,0	6,1
PEA Total	6,1	10,2	4,6	6,6	4,8

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela IV. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 12
(em % da PEA total)**

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	4,6	3,4	4,0	4,6	3,1
Mulheres Brancas	6,3	4,2	4,7	6,7	4,2
Brancos	5,4	3,8	4,4	5,6	3,6
Homens Pretos & Pardos	5,6	6,0	3,4	7,1	4,7
Mulheres Pretas & Pardas	8,4	11,3	5,8	9,6	8,9
Pretos & Pardos	6,8	8,6	4,5	8,2	6,8
PEA Total	6,3	7,9	4,5	6,5	4,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).